

O objeto ecosófico

Tradução de Vladimir Moreira Lima*

GUATTARI, Félix. “L'objet écosophique”. In: *Chaosmose*. Éditions Galilée, 1992, pp. 165-187.

As configurações geopolíticas se modificam a passos largos, enquanto os Universos da tecnociência, da biologia, dos serviços informatizados, da telemática e das mídias desestabilizam cada dia mais nossas coordenadas mentais. A miséria do terceiro mundo, o câncer demográfico, o crescimento monstruoso e a degradação dos tecidos urbanos, a destruição insidiosa da biosfera pelas poluições, a incapacidade do sistema atual em recompor uma economia social adaptada ao novo momento tecnológico: tudo isso deveria contribuir para mobilizar os espíritos, as sensibilidades e as vontades. Mas, ao contrário, a aceleração de uma história, que nos conduz, talvez, para abismos, é mascarada pelo imaginário sensacionalista, realmente banalizante e infantilizante, que as mídias confeccionam na atualidade.

A crise ecológica remete a uma crise mais geral do social, do político e do existencial. O problema aqui colocado diz respeito a uma espécie de revolução das mentalidades, a fim de que elas parem de endossar um certo tipo de desenvolvimento, um produtivismo que perdeu toda finalidade humana. Então, lancinante, a questão retorna: como modificar as mentalidades, como reinventar práticas sociais que dariam novamente à humanidade – se é que alguma vez ela teve – o sentido de responsabilidades, não apenas em relação à própria sobrevida mas, igualmente, diante do futuro de toda vida neste planeta, das espécies animais e vegetais, como também das espécies incorporais, tal como a música, as artes, o cinema, a relação com o tempo, o amor e a compaixão por outrem, o sentimento de fusão no seio do cosmos?

Convém, certamente, recompor os meios de concertação e ação coletivos adaptados a uma situação histórica que desvalorizou radicalmente as antigas ideologias, as práticas sociais e políticas tradicionais. Ressaltamos, a este respeito, que não está de nenhum modo excluído que os novos instrumentos informáticos possam contribuir para a renovação de semelhantes meios de elaboração e de intervenção. Mas não são eles,

* Professor de filosofia do Instituto de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A revisão da tradução coube a Cecília Campello do Amaral Mello, professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

enquanto tais, que desencadearão as faíscas criadoras, que engendrarão os núcleos de tomadas de consciência capazes de desdobrar perspectivas construtivas. A partir de empreendimentos fragmentários, de iniciativas por vezes precárias, de experimentações tateantes, novos agenciamentos coletivos de enunciação começam a se buscar; outras formas de ver e de fazer o mundo, outras formas de ser e de se criar modalidades de ser virão a se abrir e se irrigar, se enriquecerem umas às outras. Trata-se menos de aceder às esferas cognitivas inéditas do que apreender e criar, sob modos páticos, virtualidades existenciais mutantes.

Mas levar em conta fatores subjetivos da História e o salto de liberdade ética que engendra a promoção de uma verdadeira ecologia do virtual não implicam nenhum retorno sobre si mesmo (do tipo meditação transcendental) ou uma renúncia ao engajamento político. Requer, ao contrário, uma refundação das práxis políticas.

Desde o final do século XVIII, o impacto das ciências e das técnicas nas sociedades desenvolvidas foi conjugado com uma bipolarização ideológica, social e política entre correntes progressistas – frequentemente jacobinistas em sua apreensão do Estado – e correntes conservadoras preconizando uma fixação aos valores do passado. É em nome das Luzes, das liberdades, do progresso e, em seguida, da emancipação dos trabalhadores, que um eixo esquerda-direita se constituiu como uma espécie de referência de base.

Hoje, as sociais-democracias se converteram, senão ao liberalismo, no mínimo ao primado da economia de mercado, enquanto que o colapso generalizado do movimento comunista internacional deixou em aberto um dos termos extremos dessa bipolaridade. Deve-se pensar, nessas condições, que essa bipolaridade está sendo chamada a desaparecer, como proclama a palavra de ordem de certos ecologistas: “nem esquerda, nem direita”? Não estaria o social ele mesmo sendo convocado a se desfazer, tal como um engodo, como afirmam certos defensores do pós-modernismo? Em oposição a essas posições, considero que uma polarização progressista está sendo convocada a se reconstituir através de esquemas mais complexos, segundo modalidades menos jacobinistas, mais federalistas, mais dissensuais, por meio das quais as diferentes versões de conservadorismo, de centrismo, talvez mesmo de neofascismo irão se reposicionar. As formações partidárias tradicionais estão demasiadamente emaranhadas nas diferentes engrenagens estatais para desaparecer de um dia para o outro dos sistemas de democracia parlamentar. E isso apesar do seu evidente descrédito traduzido na desadesão crescente do eleitorado, bem como na flagrante falta de convicção por

parte dos cidadãos que continuam a votar. As verdadeiras questões políticas, sociais e econômicas escapam cada vez mais às disputas eleitorais, que se reduzem frequentemente a grandes manobras da mídia de massa. Uma certa forma de “política politiqueria” parece estar recuando diante de um novo tipo de prática social melhor adaptada, ao mesmo tempo, aos problemas concretos no âmbito local e aos problemas planetários de nossa época.

As massas dos países do Leste se precipitaram em uma espécie de caomose coletiva para se livrar do totalitarismo, para viver de outro modo, fascinadas que estavam pelos modelos ocidentais. Mas, pouco a pouco, o fracasso do socialismo também parecerá um fracasso indireto dos regimes pretensamente liberais com que viviam em simbiose – quente ou fria – há várias décadas. Fracasso no sentido de que o Capitalismo Mundial Integrado conseguiu garantir um crescimento econômico sustentado na maior parte de seus recantos – ao preço de devastações ecológicas consideráveis e de uma temível segregação –, não só é incapaz de fazer com que os países do terceiro mundo saiam de sua estagnação, como também só poderá fornecer respostas muito parciais aos gigantescos problemas que assaltam os países do Leste e da U.R.S.S., reavivando sangrentos embates interétnicos cujo desfecho é atualmente imprevisível.

Uma tomada de consciência ecológica alargada, ultrapassando em muito a influência eleitoral dos partidos “Verdes” deveria, em princípio, recolocar em questão a ideologia da produção pela produção, isto é, exclusivamente focada no lucro, no contexto capitalista do sistema de preço e de um consumismo debilitante. O objetivo não seria mais, simplesmente, tomar o controle do poder de Estado ocupado pelas burguesias e burocracias reinantes, mas determinar com precisão o que se quer colocar em seu lugar. A esse respeito, duas temáticas complementares me parecem dever passar para o primeiro plano nos debates futuros sobre a recomposição de uma cartografia progressista:

- a redefinição do Estado ou, antes, das funções estatais que são, na realidade, múltiplas, heterogêneas e frequentemente contraditórias;
- a desconstrução do conceito de mercado e o recentramento das atividades econômicas no nível da produção de subjetividade.

A burocratização, a esclerose, o deslizamento em direção ao totalitarismo das máquinas de Estado não dizem respeito apenas aos países do Leste, mas também às democracias ocidentais e aos países do terceiro mundo. A degenerescência do poder do

Estado, já preconizada por Rosa Luxemburgo e por Lênin, é mais atual do que nunca. O movimento comunista caiu em descrédito – e em alguma medida a social-democracia cairá igualmente – por ter sido incapaz de lutar de modo eficaz contra os efeitos perniciosos do estatismo em todos os domínios, os partidos que reivindicam essas ideologias, se tornaram, no decorrer do tempo, espécies de apêndices dos aparelhos de Estado. As questões nacionalitárias ressurgem, frequentemente associadas às piores condições subjetivas – nacionalismo, integrista, ódios raciais... –, porque nenhuma resposta federalista apropriada foi desenvolvida como alternativa a um internacionalismo abstrato e fictício.

O mito neoliberal do mercado mundial ganhou nesses últimos anos uma inacreditável potência de sugestão. Para ele, bastaria que qualquer conjunto econômico se submetesse a sua lei para que seus problemas se dissolvessem em um passe de mágica. Os Estados africanos, que não conseguiram se inserir nesse mercado, estão condenados a vegetar economicamente e a implorar pela assistência internacional. Um Estado como o Brasil, no seio do qual continua a existir uma resistência dos oprimidos, se encontra desestabilizado em relação a economia mundial e pela hiperinflação; enquanto que países como o Chile ou a Argentina, que se submeteram às exigências monetaristas do F.M.I, só conseguiram dominar sua inflação e sanear suas finanças mergulhando 80 % da população em uma miséria insondável.

De fato, não existe mercado mundial hegemônico, mas apenas mercados setoriais correspondentes a outras tantas formações de poder. O mercado financeiro, o mercado petrolífero, os mercados imobiliários, o mercado de armamentos, o mercado das drogas, o mercado das ONGs... não possuem a mesma estrutura e nem a mesma textura ontológica. Eles só se ajustam uns aos outros através de relações de força estabelecidas entre as formações de poder que os sustentam. Hoje, aparece diante de nossos olhos uma nova formação de poder ecológica e, consecutivamente, uma nova indústria ecológica está em vias de forjar seu lugar no interior de outros mercados capitalísticos. Os sistemas de valorização heterogênicos – que contrabalançam a homogeneidade capitalista – muito mais do que contestar passivamente os efeitos perniciosos do mercado mundial – têm que pôr em prática suas próprias formações de poder, que se afirmam no seio de novas relações de força. Os agenciamentos artísticos, por exemplo, deverão se organizar para não serem totalmente entregues de pés e mãos atados a um mercado financeiro, ele mesmo em simbiose com o mercado das drogas. O mercado da educação não pode permanecer em uma dependência absoluta do mercado do Estado.

Mercados de valorização de uma nova qualidade da vida urbana, de uma comunicação pós-mídia de massa, deverão ser inventados. Fazer com que se exploda o absurdo da hegemonia da valorização capitalística do mercado mundial consiste, então, em dar consistência aos Universos de valores dos agenciamentos sociais e dos Territórios existenciais que atravessam, digamos assim, a evolução implosiva a que assistimos.

Com o intuito de nos opormos às abordagens reducionistas da subjetividade, propomos uma análise da complexidade a partir de um objeto ecosófico com quatro dimensões:

- de Fluxos materiais, energéticos e semióticos;
- de Phyluns maquínicos concretos e abstratos;
- de Universos de valor virtuais;
- de Territórios existenciais finitos.

A abordagem ecossistêmica dos Fluxos já representava um modo indispensável de levar em consideração as interações e retroações cibernéticas relativas aos organismos vivos e às estruturas sociais. Mas trata-se igualmente de estabelecer uma ponte transversalista entre o conjunto dos estratos ontológicos que, cada um à sua maneira, são caracterizados por uma figura específica da caosmose. Pensa-se aqui nos estratos tornados visíveis e atualizados dos Fluxos materiais e energéticos, nos estratos da vida orgânica, naqueles do Socius, da mecanosfera, mas também nos Universos incorporais da música, das idealidades matemáticas, nos Devires do desejo... Transversalidade jamais dada como “já-aí”, mas sempre a ser conquistada através de uma pragmática da existência. No seio de cada um desses estratos, de cada um desses Devires e Universos, se encontra colocado em questão um certo metabolismo do infinito, uma ameaça de transcendência, uma política da imanência. E, para cada um dentre eles, serão requisitadas cartografias esquizoanalíticas e ecosóficas que exigirão que sejam trazidos à luz do dia os componentes de enunciação parcial lá onde eles existem e são desconhecidos, onde o cientificismo, os dogmatismos, as tecnocracias os impedem de emergir. A caosmose não pressuporá, assim, uma composição invariante das quatro dimensões ontológicas de Fluxos, de Territórios, de Universos, de Phyluns maquínicos. Ela não possui esquemas preestabelecidos, como é o caso das figuras universais da catástrofe na teoria de René Thom. Sua representação cartográfica faz parte de um processo de produção existencial, apoiando-se em componentes de finitude territorializada, de irreversível incarnação, de singularidade processual, de engendramento de Universos de virtualidade que não são diretamente perceptíveis no

seio das coordenadas extrínsecas discursivas. Ela vem a ser através de uma heterogênese ontológica e se afirma no interior do mundo das significações como ruptura de sentido e reiteração existencial. A posicionalidade desses ritornos no mundo ordinário se efetuará, por exemplo, como função derivada e a-significante da narratividade mítica, literária, fantasmática e... teórica.

Os discursos teóricos do marxismo e do freudismo, que se pretendiam assegurados por um diagramatismo científico, apenas encontraram sua afirmação social na medida em que catalisavam tais focos de subjetivação parcial. Nossa própria tentativa de metamodelização da enunciação, a partir dos Territórios existenciais e dos Universos incorporais, não escapa, evidentemente, a essa impossibilidade de sua representação objetiva direta. Simplesmente, nosso ritornelo teórico se desejaria mais desterritorializado que as representações correntes do Inconsciente, da estrutura, do sistema... A apreensão da dimensão não discursiva da enunciação e a necessária articulação entre a complexidade e o caos nos conduziram a propor o conceito de uma entidade pré-objetal como elemento da textura ontológica, transversal aos Fluxos, Phyluns maquínicos, Universos de valores e Territórios existenciais, o ser devendo ser então concebido em uma perspectiva multicomponencial e intensiva. A entidade animada por uma velocidade infinita dissolve as categorias de tempo, de espaço e, desse modo, a própria noção de velocidade. De sua desaceleração intensitária se deduzirão as categorias de objeto, de conjunto circunscrito e de subjetivação parcial. A dobra caósmica de desterritorialização e a dobra autopoiética de enunciação, com sua interface de *grasping* existencial e transmonadismo, implanta no coração da relação objeto-sujeito, e aquém de toda instância de representação, uma processualidade criativa, uma responsabilidade ontológica que liga a liberdade a sua vertigem ética no coração das necessidades ecossistêmicas¹.

Falar de máquina mais do que de pulsão, de Fluxo mais do que de libido, de Território existencial mais do que de instâncias do eu e de transferência, de Universos incorporais mais do que de complexos inconscientes e sublimação, de entidades caósmicas mais do que de significante; articular circularmente dimensões ontológicas mais do que recortar o mundo em infraestrutura e superestrutura não é, talvez, apenas uma questão de vocabulário. Os instrumentos conceituais abrem e fecham campos de

¹ Sobre a obrigação ética diante de uma “progenitora”, cf. Hans Jonas, *Le principe de responsabilité*, Cerf, Paris, 1991.

possível, catalisam Universos de virtualidade. Suas recaídas pragmáticas são, frequentemente, imprevisíveis, indiretas, divergentes. Quem pode saber o que será a retomada por outros, para outros usos, quais bifurcações elas poderão conduzir!

A atividade de cartografia e de metamodelização ecosófica, onde o ser torna-se objeto último de uma heterogênese regida por um novo paradigma estético, deveria se fazer, ao mesmo tempo, de maneira mais modesta e mais audaciosa se comparada às produções conceituais a que a Universidade nos acostumou. Mais modesta, pois ela deverá renunciar a toda pretensão à perenidade, a todo assentamento científico inamovível, e mais audaciosa para tomar e ser tomada pela extraordinária corrida de velocidade que ocorre atualmente entre as mutações maquínicas e sua “capitalização” subjetiva. O engajamento nas práticas sociais, estéticas e analíticas inovadoras é, assim, correlato de uma ultrapassagem do limiar de intensidade da imaginação especulativa, emanando não apenas dos teóricos especializados, mas também dos agenciamentos de enunciação confrontados pela transversalidade caósmica própria à complexidade dos objetos ecosóficos. E a declinação de opções ético-políticas relativas tanto aos aspectos microscópicos da psiquê e do socius, quanto ao destino global da biosfera e da mecanosfera, convoca a um questionamento permanente dos fundamentos ontológicos dos modos de valorização existentes em todos os domínios.

Essa atividade cartográfica poderá se incarnar de múltiplas maneiras. Uma prefiguração aproximada nos é fornecida pela sessão de psicanálise ou de terapia familiar, as reuniões da análise institucional, as práticas de rede, os coletivos socioprofissionais ou de bairro... O traço comum de todas essas práticas parece ser aquele da expressão verbal. Hoje, a psiquê, o casal, a família, a vida da vizinhança, a escola, a relação com o tempo, o espaço, a vida animal, os sons, as formas plásticas: tudo deveria ser colocado em posição de ser falado. Entretanto, não é apenas a esse nível de expressão verbal que se voltará a abordagem ecosófica (ou esquizoanalítica). A palavra permanece, sem dúvida, um meio essencial; mas ela não é o único; tudo o que curto-circuita as cadeias significacionais, as posturas, os traços de rostidade, as disposições espaciais, os ritmos, as produções semióticas a-significantes (relativas, por exemplo, às trocas monetárias) e as produções maquínicas do signo podem estar implicadas nesse tipo de agenciamento analítico. A própria palavra, nunca é demais insistir, apenas intervém na medida em que é suporte de ritornelos existenciais.

A cartografia ecosófica não terá, então, por objetivo primeiro significar e comunicar, mas produzir agenciamentos de enunciação aptos a captar os pontos de

singularidade de uma situação. Nessa perspectiva, reuniões de caráter político ou cultural terão a vocação de se tornarem analíticas e, inversamente, o trabalho psicanalítico será convocado a se instalar nos múltiplos registros micropolíticos. A ruptura de sentido, o dissenso, do mesmo modo que o sintoma para o freudismo, tornam-se, assim, uma matéria-prima privilegiada. Os “problemas pessoais” deverão poder irromper na cena privada ou pública da enunciação ecosófica. Sobre este aspecto, é impressionante constatar o quanto o movimento ecologista francês, em suas diversas vertentes, revelou-se incapaz, até o presente, de ativar as instâncias de base. Ele se dedicou inteiramente a um discurso de ordem ambiental ou política. Se você perguntar a um ecologista sobre o que ele pretende fazer para ajudar os moradores de rua de seus bairros, eles geralmente respondem que isso não lhe diz respeito. Se você perguntar como eles pensam em sair de suas práticas grupculares e de um certo dogmatismo, muitos deles reconhecem que a questão é pertinente, mas permanecem embaraçados para apresentar soluções! Na verdade, o problema hoje para eles não reside mais em se posicionar de forma equidistante em relação à esquerda e à direita, mas de contribuir para a reinvenção de uma polaridade progressista, refundar a política em outras bases, rearticular transversalmente o público e o privado, o social, o ambiental e o mental. Para ir nesse sentido, novos tipos de instâncias de concertação, de análise, de organização, deverão ser experimentadas; talvez, inicialmente, em pequena escala e, em seguida, mais amplamente. Se o movimento ecologista, que se apresenta hoje na França de um modo tão promissor, não se compromete com essa tarefa de recomposição das instâncias militantes (em um sentido completamente novo, isto é, de agenciamentos coletivos de subjetivação) então não resta dúvida, ele perderá o capital de confiança que, agora, se encontra nele investido, os aspectos técnicos e associativos da ecologia serão recuperados pelos partidos tradicionais, pelo poder de Estado e pelo *ecobusiness*. O movimento ecológico deveria, do meu ponto de vista, se preocupar, prioritariamente, com a sua própria ecologia social e mental.

Na França, havia a tradição de atribuir a certas lideranças intelectuais uma missão de guia de opinião. Mas esse período parece, felizmente, superado. Após ter conhecido o reino dos intelectuais da transcendência – os profetas do existencialismo, os “orgânicos” (no sentido de Gramsci) da grande época militante, em seguida, mais próximos a nós, os pregadores da “geração moral” – talvez nós chegaremos a reconhecer a importância da imanência da intelectualidade coletiva, aquela que diz respeito ao mundo dos professores, dos trabalhadores sociais, dos meios técnicos de

toda espécie. Muito frequentemente, a promoção desses guias intelectuais realizadas pelas mídias e editoras tiveram como efeito inibir a inventividade dos agenciamentos coletivos de intelectualidade, que em nada se beneficiam de um tal sistema de representatividade. A criatividade intelectual e artística, como as novas práticas sociais, tem que conquistar uma afirmação democrática que preserve sua especificidade e seu direito à singularidade. Assim sendo, os intelectuais e artistas não têm lição para dar a ninguém. Para retomar uma imagem que eu desenvolvi há muito tempo, eles confeccionam caixas de ferramentas compostas de conceitos, de perceptos e afetos, de que diversos públicos farão uso segundo sua conveniência. Quanto à moral, é preciso admitir que não existe pedagogia dos valores. Os Universo do belo, do verdadeiro e do bem são inseparáveis de práticas de expressão territorializadas. Os valores apenas tomam uma aparência universal na medida em que são portadores de Territórios de prática, de experiência, de potência intensiva que os transversalizam. Justamente porque os valores não estão fixados em um céu de Ideias transcendentais que eles podem muito bem implodir, se amarrarem às estases caóticas catastróficas. Le Pen tornou-se um objeto de atenção da libido coletiva – seja para elegê-lo ou para rejeitá-lo – por conta de sua habilidade em ocupar a cena midiática mas também, principalmente, em razão do desmoronamento dos Territórios existenciais da subjetividade disso que chamamos esquerda, da perda progressiva dos seus valores heterogênicos relativos ao internacionalismo, ao antirracismo, à solidariedade, às práticas sociais inovadoras... Independentemente de quem sejam, os intelectuais não deveriam mais ser chamados a se erigir como mestres do pensamento ou aqueles que vão dar lições de moral, mas sim a trabalhar, ainda que seja na extrema solidão, para colocar em circulação instrumentos de transversalidade.

As cartografias artísticas sempre foram um elemento essencial da composição de qualquer sociedade. Porém, desde que começou a ser colocada em prática por corporações especializadas, passaram a ser algo que se pode deixar “de lado”, um suplemento da alma, uma frágil superestrutura, cuja morte é regularmente anunciada. E, no entanto, das grutas de Lascaux ao Soho, passando pelo erguimento das catedrais, elas não deixaram de ser uma questão vital para a cristalização das subjetividades individuais e coletivas.

Erigida no socius, a arte, no entanto, sustenta apenas a si mesma. Cada obra produzida possui uma dupla finalidade: se inserir numa rede social que a apropriará ou a

rejeitará e celebrar, uma vez mais, o Universo da arte enquanto, justamente, algo que está sempre ameaçado de desmoronar.

É sua função de ruptura com as formas e significações que ocorrem de forma naturalizada no campo social, o que lhe confere essa perenidade oscilante. O artista, e mais amplamente a percepção estética, recortam, desterritorializam um segmento do real, de forma a fazê-lo desempenhar um papel de enunciador parcial. A arte confere uma função de sentido e de alteridade a um subconjunto do mundo percebido. Essa expressão quase animista da obra tem por consequência remanejar a subjetividade, tanto do artista como de seu “consumidor”. Trata-se, em suma, de rarefazer uma enunciação que possui uma tendência excessiva a se afogar numa serialidade identificatória que a infantiliza e aniquila. A obra de arte, para aqueles que dela fazem uso, é um empreendimento de desenquadramento, de ruptura de sentido, de proliferação barroca ou de empobrecimento extremo, que conduz o sujeito a uma recriação e reinvenção de si mesmo. Sobre ela um novo escoramento existencial oscilará segundo um duplo registro de reterritorialização (função de ritornelo) e de ressingularização. Encontrar uma obra de arte pode ser um acontecimento que marcará irreversivelmente o curso de uma existência e produzirá campos de possíveis “longe dos equilíbrios” da cotidianidade.

Vistas sob o ângulo dessa função existencial – isto é, em ruptura de significação e de denotação – as categorizações estéticas comuns perdem uma grande parte de sua pertinência. Pouco importa a referência à “figuração livre”, à “abstração” ou ao “conceitualismo”! O importante é saber se uma obra efetivamente conduz a uma produção mutante de enunciação. O ponto focal da atividade artística continua sempre sendo uma mais-valia da subjetividade ou, em outros termos, a introdução de uma negentropia no seio da banalidade do entorno – a consistência da subjetividade só se mantém na medida em que se renova através de uma ressingularização mínima, individual ou coletiva.

O aumento do consumo artístico, ao qual assistimos nos últimos anos, está relacionado com a uniformização crescente da vida dos indivíduos num contexto urbano. É preciso sublinhar que a função quase vitamínica desse consumo artístico não é unívoca. Ela pode ir em uma direção paralela a essa uniformização, como pode desempenhar um papel de operador de bifurcação da subjetividade (essa ambivalência é particularmente sensível no caso do alcance da cultura rock). É nesse dilema que cada artista se vê confrontado: seguir na mesma “direção do vento”, como preconizaram, por

exemplo, a Transvanguarda e os apóstolos do pós-modernismo ou trabalhar para a renovação das práticas estéticas retomadas por outros segmentos inovadores do socius, arriscando a incompreensão por parte da maioria e o isolamento.

Certamente, não é nada evidente pretender sustentar a singularidade da criação e das mutações sociais potenciais. E é preciso mesmo admitir que o Socius contemporâneo quase não se presta à experimentação dessa espécie de transversalidade estética e ético-política. Ainda assim, é preciso considerar que a imensa crise que varre o planeta, o desemprego crônico, as devastações ecológicas, o desregramento dos modos de valorização, unicamente fundados no lucro ou numa assistência do Estado, abrem o campo a um posicionamento diferente dos componentes estéticos. Não se trata apenas, aqui, de preencher o tempo livre dos desempregados e dos “marginalizados” nas casas de cultura! Com efeito, é a produção mesma das ciências, das técnicas e das relações sociais que serão levadas a emergir a partir dos paradigmas estéticos. Limiteme, aqui, a remeter ao último livro de Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, quando evocam a necessidade de introduzir um “elemento narrativo” na física, indispensável a uma verdadeira concepção da evolução².

Nossas sociedades estão hoje sob a pressão de agir e deverão, para sua sobrevivência, desenvolver cada vez mais a pesquisa, a inovação e a criação. Tantas dimensões que implicam levar em conta técnicas de ruptura e de sutura propriamente estéticas. Algo se desprende e passa a trabalhar por conta própria, tanto quanto por você, se for capaz de se “juntar” a um tal processo. Um tal questionamento diz respeito a todos os domínios institucionais, por exemplo, a escola. Como fazer com que uma turma de escola viva como uma obra de arte? Quais são as vias possíveis de sua singularização, fonte de “tomada de existência” das crianças que a compõem³. E no registro disso que em outro momento foi chamado “revoluções moleculares”, o terceiro mundo guarda tesouros que mereceriam de ser explorados⁴.

Uma rejeição sistemática da subjetividade, em nome de uma objetividade científica mítica, continua a reinar na Universidade. Na época de ouro do estruturalismo, o sujeito foi metodicamente expulso de suas múltiplas e heterogêneas matérias de

² Na linha da Pedagogia institucional, ver, dentre outras obras, aquela de René Laffitte: *Une journée dans une classe coopérative: le désir retrouvé*, Syros, 1985.

³ “Para os homens de hoje, o “Big Bang” e a evolução do Universo fazem parte do mundo da mesma forma que os mitos de origem, no passado”, em *Entre le temps et l'éternité*, Fayard, 1988. p. 65.

⁴ Sobre as redes de solidariedade subsistindo entre os “vencidos” da modernidade no terceiro mundo: Serge Latouche, *La Planète des naufragés. Essai sur l'après-développement*, La Découverte, 1991.

expressão. É tempo de reexaminar o que se passa nas produções maquínicas da imagem, do signo de inteligência artificial, etc. como novos materiais da subjetividade. Na Idade média, a arte e as técnicas encontraram refúgio nos conventos que conseguiram subsistir. Hoje, os artistas são, talvez, aqueles que constituem as últimas linhas da redobra de questões existenciais primordiais. Como organizar novos campos de possíveis? Como agenciar os sons e as formas de tal modo que a subjetividade que lhe é adjacente permaneça em movimento, isto é, realmente viva?

A subjetividade contemporânea não tem por vocação viver indefinidamente sob o regime do retorno sobre si mesma, da infantilização da mídia de massa, do desconhecimento da diferença e da alteridade tanto no domínio humano quanto no registro cósmico. Esses modos de subjetivação só sairão de seu “cerceamento” homogenético se os objetivos criadores aparecerem como passíveis de serem sustentados. É da finalidade do conjunto das atividades humanas que se trata aqui. Para além das reivindicações materiais e políticas, emerge a aspiração a uma reapropriação individual e coletiva da produção de subjetividade. Assim, a heterogênese ontológica dos valores está prestes a tornar-se o nó dos desafios políticos que estão ausentes (ou escapam), hoje, do local, da relação imediata, do meio ambiente, da reconstituição do tecido social e da sustentação existencial da arte. Através de uma lenta recomposição dos agenciamentos de subjetivação, as explorações cósmicas de uma ecosofia, articulando entre elas as ecologias científica, política, ambiental e mental, deveriam poder pretender substituir as velhas ideologias que setorizavam de maneira abusiva o social, o privado e o civil, inteiramente incapazes de estabelecer junções transversais entre o político, a ética e a estética.

Contudo, que esteja claro aqui que nós não preconizamos, de modo algum, uma estetização do Socius, uma vez que a promoção de um novo paradigma estético é convocada para perturbar tanto as formas de arte atuais, quanto aquelas da vida social. Eu estendo a mão para o futuro. A partir do que avalio – que tudo está dado de antemão ou que tudo está por ser retomado, que o mundo pode ser reconstruído a partir de outros Universos de valor, que outros Territórios existenciais devem ser construídos com essa finalidade – minha atitude estará carregada de uma segurança mecânica ou de uma incerteza criadora. As grandes provações que o planeta atravessa, como o aquecimento de sua atmosfera, implicam uma mudança de produção, de modo de vida e de eixos de valor. O impulso demográfico que vai fazer, em algumas décadas, se multiplicar por três

a população da América Latina e por cinco aquela da África⁵, não resulta de uma inexorável maldição biológica. Fatores econômicos, isto é, de poder, que são, em última instância, subjetivos, fatores culturais, sociais, da mídia de massa constituem a chave desses processos. O futuro do terceiro mundo repousa, inicialmente, na capacidade de fazer com que ressurgam processos de subjetivação no contexto de um tecido social em vias de desertificação. (No Brasil, por exemplo, vemos coexistir um capitalismo faroeste, uma violência selvagem das gangues e da polícia, com interessantes tentativas de recomposição das práticas sociais e urbanísticas na movimentação do Partido dos Trabalhadores.)

Nas névoas e miasmas que obscurecem nosso fim de milênio, a questão da subjetividade, de agora em diante, volta como um *leitmotiv*. Não mais que o ar e a água, ela não é um dado natural. Como produzi-la, captá-la, enriquecê-la, reinventá-la permanentemente de modo a torná-la compatível com Universos de valores mutantes? Como trabalhar pela sua liberação, ou seja, pela sua ressingularização? A psicanálise, a análise institucional, o filme, a literatura, a poesia, as pedagogias inovadoras, os urbanismos e as arquiteturas, criadores... todas as disciplinas terão que conjugar suas criatividades para conjurar as provações da barbárie, da implosão mental, do espasmo caótico, que se perfilam no horizonte, para transformá-las em riquezas e alegrias imprevisíveis, cujas promessas, aliás, são igualmente tangíveis.

Recebido em 07/07/2020

Aprovado em 05/11/2020

⁵ Jacques Vallin (de l'INED), *Transversales Science/ Cultura*, 29, rue Marsoulan – 75012 Paris, n° 9 de juin 1991. *La population mondiale, la population française; La Découverte*, Paris, 1991.